

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos 2



Atena
Editora
Ano 2019

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

História: Diálogos Contemporâneos

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História: diálogos contemporâneos 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (História. Diálogos Contemporâneos; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-560-0 DOI 10.22533/at.ed.600192308 1. História – Pesquisa – Brasil. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série. CDD 900.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Dentre os conflitos mais instigantes, produtivos e controversos que se dão no espaço acadêmico, reside aquele que opõe as muralhas das especificidades dos campos disciplinares à permeabilidade dos saberes na contemporaneidade. Extremismos à parte, é certo que, justamente por suas miradas particulares, os campos de conhecimento podem crescer quando travam contato. A descoberta de termos e objetos comuns e o desconforto dos desacordos e quebras de comunicação criam uma atmosfera de efervescência, questionamento e convite ao aprendizado. O conhecimento frequentemente prospera nas interseções.

As tensões do mundo líquido no qual navegamos intensificam estes debates e tornam premente a necessidade de promover e compreender os trânsitos entre os campos e os conhecimentos que emergem nessas encruzilhadas. Criar ligações entre as ilhas é, pois, uma necessidade, haja vista que, no coração destes debates jaz o descompasso entre a disponibilidade de informações e a variedade de recursos tecnológicos, de um lado, e o basbaque e a incapacidade de articular efetivamente tamanho arsenal em favor da difusão do conhecimento e da ampliação do alcance das humanidades em nosso meio social, de outro.

Como aponta Giorgio Agamben, o presente reside nessa zona fugaz e inexistente, o não vivido dentro do vivido, sendo, portanto, um desejo de futuro que encontra sempre seu referencial em algum passado. À História, que faz o possível para medir o pulso desse grande corpo em fluxo, cabe a árdua tarefa de estudá-lo até onde permite o alcance de suas lentes, a fim de que tenha o necessário para pintar o quadro complexo e pitoresco que a realidade merece. Esse quadro é pincelado de diálogos que mesclam novas e velhas fontes, linguagens clássicas às pós-modernas, discursos estabelecidos aos controversos. E tendo esse *melting pot* como horizonte orientador, antes de desvanecer, acaba revigorada nesses entrecortado de lugares e falas, nem sempre convencionais.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BNCC, TRANSVERSALIDADE, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E PEDAGOGIA	
<i>Mônica Andrade Modesto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923081	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: COMO REPENSAR UMA HISTÓRIA DO CONFLITO ARMADO COLOMBIANO NUM CENÁRIO DE “PAZ”?	
<i>Ana Cecília Escobar Ramirez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923082	
CAPÍTULO 3	26
HISTÓRIA.COM: ENSINO DE HISTÓRIA, FONTES DOCUMENTAIS E HISTORIOGRAFIA	
<i>Maria Aparecida da Silva Cabral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923083	
CAPÍTULO 4	36
EXPONERE: ENTRE DESIGN, MEMÓRIA E HISTÓRIA	
<i>Fernanda Deminicis de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923084	
CAPÍTULO 5	40
HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA COMO EXERCÍCIO DE METATEORIA	
<i>Rogério Chaves da Silva</i> <i>Paulo Alberto da Silva Sales</i> <i>Sidney de Souza Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923085	
CAPÍTULO 6	56
HISTÓRIA E MEMÓRIA EM CELESTINO ALVES: UMA ANÁLISE DO LIVRO “RETOQUES DA HISTÓRIA DE CURRAIS NOVOS”	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923086	
CAPÍTULO 7	68
HARRY POTTER E POLÍTICA: PARALELISMO ENTRE O ENREDO POLÍTICO DE HARRY POTTER E AS CIÊNCIAS POLÍTICA REAIS	
<i>José Carlos Corrêa Cardoso-Junior</i> <i>José Antonio de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923087	
CAPÍTULO 8	76
VIOLÊNCIA E MEMÓRIA COMO MATRIZES PARA IDENTIDADES NO SÉCULO XX	
<i>Lucas de Mattos Moura Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923088	

CAPÍTULO 9	90
HISTÓRIA INTELLECTUAL DOS 'CARDEAIS' DA ESCOLA NOVA NO BRASIL	
<i>César Evangelista Fernandes Bressanin</i>	
<i>Milian Daniane Mendes Ivo Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6001923089	
CAPÍTULO 10	104
IMAGEM X LITERATURA: A REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM EM OS MAIAS DE EÇA DE QUEIRÓS	
<i>Nívea Faria de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230810	
CAPÍTULO 11	114
MICRO-HISTÓRIA E NARRATIVA ORAL NO NORTE PARANAENSE	
<i>Marcia Regina de Oliveira Lupion</i>	
<i>Lucio Tadeu Mota</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230811	
CAPÍTULO 12	124
MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ESTADO	
<i>José Antônio Dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230812	
CAPÍTULO 13	136
MULHER E FEMINISMO: PERCEPÇÕES ATRAVÉS DO ROMANCE "A DEUSA DO RÁDIO" DE HELONEIDA STUDART	
<i>Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230813	
CAPÍTULO 14	145
O PAI DOS POBRES: UM OLHAR SOBRE A ASCENÇÃO DO POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS NO ESTADO NOVO	
<i>Adilson Tadeu Basquerote Silva</i>	
<i>Eduardo Pimentel Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230814	
CAPÍTULO 15	155
O TRATADO SECRETO ENTRE PERU E BOLÍVIA DE 1873 E AS RELAÇÕES COM A ARGENTINA, BRASIL E CHILE	
<i>Adelar Heinsfeld</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230815	
CAPÍTULO 16	165
O ÚLTIMO ADEUS: A SUBLIMAÇÃO DA DOR E O AMOR METAFÍSICO	
<i>Maristela Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230816	

CAPÍTULO 17	180
POLÍTICAS PENAIS NO PARANÁ – DO AVANÇO DO APRISIONAMENTO AO GERENCIAMENTO DA MASSA DE APENADOS	
<i>Rivail Carvalho Rolim</i>	
<i>Letícia Gonçalves Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230817	
CAPÍTULO 18	195
PUERICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (1930-1945)	
<i>Helber Renato Feydit de Medeiros</i>	
<i>Maurício Barreto Alvarez Parada</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230818	
CAPÍTULO 19	204
QUEERMUSEU: INCLUSÃO E DIVERSIDADE SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO	
<i>Manoel Messias Rodrigues Lopes</i>	
<i>Suely Lima de Assis Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230819	
CAPÍTULO 20	216
RAÍZES HISTÓRICAS DA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA EM SALVADOR, (1777-1808)	
<i>Augusto Fagundes da Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230820	
CAPÍTULO 21	228
RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP	
<i>Marcio Douglas Floriano</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230821	
CAPÍTULO 22	236
RELAÇÕES DE TRABALHO E CAUDILHISMO: AS BASES SOCIOECONÔMICAS DA GUERRA GAUCHA (ESPAÇO PLATINO, SÉCULO XIX)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230822	
CAPÍTULO 23	247
RENATO SOEIRO NO SPHAN: SUA TRAJETÓRIA ATÉ A DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO	
<i>Carolina Martins Saporetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230823	
CAPÍTULO 24	258
REPRESENTAÇÕES DE GETÚLIO VARGAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO GLOBO ENTRE OS ANOS DE 1929 E 1937	
<i>Eduardo Barreto de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60019230824	

CAPÍTULO 25	271
VERDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA: UMA ANÁLISE DOS SIMBOLOS DA ALEGORIA DA CAVERNA	
<i>Edson de Sousa Brito</i>	
<i>Camila de Souza Cardoso</i>	
DO 10.22533/at.ed.60019230825I	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

RECOMPOSIÇÃO BURGUESA, AMPLIAÇÃO DO ESTADO E AS NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: O INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP

Marcio Douglas Floriano

Universidade Federal do Rio de Janeiro –
Programa de Pós-Graduação Em Educação – Rio
de Janeiro - RJ

RESUMO: O texto ora apresentado, constitui parte da pesquisa de elaboração de nossa tese de doutoramento. A partir de uma metodologia ancorada na pesquisa bibliográfica e na análise documental e amparado em parte do arcabouço categorial de Antônio Gramsci, buscou analisar o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), na medida em que este se configura em um poderoso intelectual orgânico coletivo burguês com forte capilaridade no estado restrito e capacidade de educar o consenso em torno das atividades de produção e exploração do petróleo. A análise se desmembra em dois eixos: a) a influência de seus intelectuais orgânicos sobre a regulamentação da exploração do petróleo no Brasil e b) as formulações do IBP sobre Responsabilidade Social. Concluiu-se, preliminarmente, que o IPB se configura num Aparelho Privado de Hegemonia que, simultaneamente, subsidia tecnicamente as decisões do estado *estrito*, atuando na consolidação de uma mentalidade neoliberal no país, e se consolida na vanguarda da “frente de humanização” da indústria do petróleo no Brasil a partir da educação

do consenso entre as classes e das novas sociabilidades do capital.

PALAVRAS CHAVE: Estado Ampliado; IBP; Responsabilidade Social; Consenso.

BURGUES RECOMPOSITION, EXPANSION OF THE STATE AND NEW CAPITAL SOCIABILITIES: THE BRAZILIAN INSTITUTE OF PETROLEUM, GAS AND BIOFUELS – IBP

ABSTRACT: The text presented here is part of the research to elaborate our doctoral thesis. Based on a methodology anchored in bibliographical research and documentary analysis and supported in part by Antônio Gramsci's categorical framework, he sought to analyze the Brazilian Institute of Petroleum, Gas and Biofuels (IBP), insofar as it is configured in a powerful intellectual organic collective bourgeois with strong capillarity in the restricted state and ability to educate the consensus around the oil production and exploration activities. The analysis is broken down into two axes: a) the influence of its organic intellectuals on the regulation of oil exploration in Brazil and b) the formulations of IBP on Social Responsibility. It was concluded, preliminarily, that the IPB is configured in a Private Hegemony Apparatus, which simultaneously subsidizes technically the decisions of the strict state, acting in the consolidation of a neoliberal mentality in the country, and consolidates itself in the vanguard

of the "humanization front" of oil industry in Brazil from the education of the consensus between classes and the new sociabilities of capital.

KEYWORDS: Expanded State; IBP; Social responsibility; Consensus.

1 | INTRODUÇÃO

A partir de meados da década de 1970 ganharam força as proposições do neoliberalismo, com formulações sobre o *Estado mínimo* e livre circulação do capital. As formulações dos intelectuais orgânicos que, desde a década de 1940, faziam o contraponto ao *Welfare State* e ao *New Deal*, principalmente Friedrich August Von Hayek, ganharam grande vitalidade nas décadas seguintes. Dessa forma, um novo consenso intra e entre as classes, baseado na atuação dos aparelhos privados de hegemonia (APHs), na capacidade de “humanização” do capitalismo em defesa dos interesses “comuns” da sociedade e na perda da centralidade do trabalho enquanto aspecto ontológico da humanidade, foi posto em prática.

No Brasil, desde o final da década de 1950, mas, sobretudo, a partir das discussões em torno da Assembléia Constituinte que elaborou a constituição de 1988, houve uma intensa criação de APHs, principalmente da das frações da burguesia, com objetivo de garantir os seus interesses, manter e aprofundar na sociedade os valores da propriedade privada e da economia de mercado, contrapondo-se as demandas das classes subalternas. Nesse sentido, as classes hegemônicas se unificam sob a lideranças de APHs como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Esses APHs significaram uma atuação orgânica da burguesia nacional, estiveram na base da tomada do Estado em 1964 e serviram de sustentação político ideológica durante o regime civil-militar.

O texto buscou analisar o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), na medida em que este se configura em um poderoso intelectual orgânico coletivo burguês com forte capilaridade no Estado Restrito e capacidade de educar o consenso em torno das atividades de produção e exploração do petróleo. A análise se desmembra em dois eixos: a) a influência de seus intelectuais orgânicos sobre a regulamentação da exploração do petróleo no Brasil e b) as formulações do IBP sobre Responsabilidade Social. Concluiu-se, preliminarmente, que o IPB se configura num APH que, simultaneamente, subsidia tecnicamente as decisões do estado estrito atuando na consolidação de uma mentalidade neoliberal no país e na “frente de humanização” da indústria do petróleo a partir da educação do consenso entre as classes e das novas sociabilidades do capital, representadas pelo neoliberalismo de Terceira Via.

21 O APROFUNDAMENTO DA “OCIDENTALIZAÇÃO” DA SOCIEDADE BRASILEIRA

No período da ditadura civil-militar a organização das classes dominantes e subalternas em associações, clubes, sindicatos, entre outros, fez emergir uma sociedade muito mais complexa e expôs em tons muito mais sofisticados a luta de classes no país (tanto ideológica, quanto militantemente) pós ditadura. Dreifuss (1981) identifica no final da década de 1950, a formação de uma gama de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), sobretudo das frações da burguesia brasileira, que atuaram (e alguns atuam até hoje) de forma incisiva na disseminação de um conjunto de valores, principalmente liberais, que defendiam os interesses dessas frações. O autor afirma que no governo de Juscelino Kubitschek ([JK]1956-1960), o capital multinacional, associado com frações da burguesia brasileira e sustentado ideológica e tecnicamente por intelectuais orgânicos nacionais, estruturou um verdadeiro “governo paralelo”, que objetivava gerir o “desenvolvimento econômico” do país sem nenhum tipo de entrave burocrático, e desarticular os interesses populistas instalados até então no Estado brasileiro.

Assim, as classes hegemônicas no país, agindo de forma orgânica, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, se unificam sob a lideranças de APHs como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que ganhou novos contornos e passou a atuar como uma disseminadora do pensamento conservador/liberal na sociedade brasileira. Tais APHs com os escritórios de consultoria tecno-empresarial o que Dreifuss (1981) denominou “elite orgânica”, ancorada na defesa implacável da propriedade privada e nos valores liberais

O processo de ocidentalização da sociedade brasileira aprofundou-se na década de 1980, as frações da burguesia comandaram um vigoroso procedimento de criação/reconfiguração/realinhamento de APHs, no período de 1980 a 1914 (CASIMIRO, 2016). Apesar da multiplicidade desses APHs todos tinham como questão de fundo a “humanização” do capitalismo, no escopo do neoliberalismo de terceira via. A luta de classes desse período travou-se na Assembleia Constituinte de 1988, com a articulação desses APHs objetivando conduzir os trabalhos da constituinte no sentido de garantir os interesses das diversas frações da burguesia e de solapar as aspirações das classes subalternas no conjunto de leis da nova constituição.

Passado a constituinte e com a “redemocratização” do país, esses APHs passaram a atuar na massificação de uma nova “mentalidade empresarial” no país. Garantida a orientação liberal no escopo da constituição de 1988, agora seria hora de operar uma profunda reconfiguração no Estado, baseada, sobretudo, na substituição de diversas de suas funções por estruturas de uma “renovada” sociedade civil composta por ONGs, OSCIPS, Fundações, etc. Pode-se mesmo caracterizar essa sociedade civil a partir desses APHs, que se converteram em organizadores da

vontade “coletiva” de dominados e subalternos. Ou seja, esses APHs configuram-se em intelectuais no sentido gramsciano e as classes ou frações de classe que estão no poder, operam uma unidade orgânica entre estado restrito e sociedade civil; coerção e consenso. Formando assim o estado integral ou estado ampliado. Assim, para a manutenção de sua hegemonia, uma classe ou fração precisa inserir seus intelectuais (individuais ou coletivos) no estado estrito, para que os mesmos trabalhem para a manutenção de seus interesses como prioritários, essa é a essência do estado ampliado (MENDONÇA, 2014).

3 | O IBP E A AMPLIAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Buscando elucidar as relações orgânicas do IBP com o novo bloco histórico que se formou no Brasil, a partir do movimento das classes dominantes dos países centrais do capitalismo e sob comando de organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial, realizou-se uma análise da atuação desse APH na configuração do Estado Ampliado. Criado em 1957, o IBP surgiu no bojo do processo de *ocidentalização* do estado brasileiro. A necessidade de organização da burguesia industrial brasileira decorria de dois fatores: disputar espaço dentro do estado para seus interesses, lutando ombro a ombro com outras frações da burguesia, notadamente a fração agrária e conter a mobilização do movimento operário, que demonstrava então grande capacidade de organização e enfrentamento político (MARTINS, 2005). Ressalte-se que tal mobilização sindical representava forte ameaça a forma de adesão passiva da burguesia industrial aos ardores multinacionais. O Instituto foi formado com objetivo de capacitação técnica para a exploração do petróleo, contudo, sua ligação com a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. (CONSULTEC), um APH da burguesia que atuava na busca da consolidação de interesses da fração industrial (inclusive os setores de mineração, petróleo e energia) junto ao estado estrito, já dava indicações que o IBP logo se transformaria em um elo orgânico entre a sociedade civil e a sociedade política – consolidando uma ampliação do Estado. Evidência disso está na própria ata de fundação do IBP, o fundo social na época era composto por doações de grandes empresas de setores da produção industrial do Brasil e do exterior como Petrobrás, Shell, Ypiranga, Cia. Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, Union Carbide do Brasil S.A., Petrochor Indústria Petroquímica S.A. e outras.

Logo, o instituto passou a influenciar de forma decisiva na legislação sobre a exploração de petróleo no Brasil. Exemplo atual da importância do IBP no arcabouço dos APHs que engendram a ampliação do Estado (além do aprofundamento de sua *ocidentalização*) foi a aprovação pela Câmara Federal Brasileira do projeto de Lei 4567/16 (Senado Federal) que altera o projeto de Lei 12351/10 e promove modificações na exploração do petróleo no pré-sal retirando a obrigatoriedade da Petrobrás ser detentora de 30% das ações de todos os consórcios que operam no

pré-sal. Tal medida, impulsiona a internacionalização da exploração atendendo uma grande demanda da burguesia internacional ligada ao setor de exploração do petróleo. O IBP teve participação decisiva nesse processo, através de seu atual presidente, Jorge M. Toledo (Em 2016, Camargo integrava o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), um dos principais fóruns de aconselhamento da então Presidenta Dilma Rousseff. Enfim, um importante intelectual orgânico, com atuação relevante na defesa dos interesses da burguesia industrial ligada a exploração do petróleo no país) que chegou inclusive a ser ouvido em audiências públicas sobre o tema na Câmara Federal. A lei ainda faculta a Petrobrás o direito de participar ou não de tais licitações. Em outras palavras, a exploração do pré-sal ficou extremamente “atrativa” para o capital estrangeiro, que se mostrava bastante descontente com o sistema antigo, a ponto de várias multinacionais do petróleo abdicarem de participar de licitações dos blocos do pré-sal.

Desde a década de 1990 o IBP mantém parceria com o Instituto ETHOS (O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS), foi criado em 1998 no contexto daquilo que Martins (2009) denominou de APHs formuladores da ideologia da responsabilidade social. Tal movimento faz parte de uma atuação orgânica da burguesia no sentido de fomentar a responsabilidade social empresarial e, principalmente, educar a sociedade para o “novo capitalismo”, mas humano e com forte sentido de “parceria” entre as classes) com objetivo de “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável (IBP, 2017)”. Tal fato evidencia a atuação do instituto como um APH. Seguindo as recomendações do ETHOS o IBP se consolida como um intelectual coletivo da burguesia executando um duplo movimento: a formação técnica de centenas de profissionais anualmente, sempre sob bases liberais e conservadoras e servindo como elo entre sociedade civil e sociedade política, assumindo sempre os interesses de frações da burguesia. Nesse ponto, o IBP se configura como um APH fundamental na consolidação do neoliberalismo de Terceira Via no País.

4 | RESPONSABILIDADE SOCIAL NO IBP: EDUCANDO O CONSENSO

Na base da tentativa de recomposição burguesa que vem sendo operada nessas primeiras décadas do século XXI, estão características como a formação de um “cidadão de novo tipo” (NEVES, 2005); uma ampliação do estado, com a execução de políticas sociais de diversos níveis deixando de ser estatal e se deslocando (de forma precária e focalizada) para agentes da sociedade civil (ONGs, OSCIPs, Fundações Empresariais e outras); uma atuação mais “Humana” dos agentes do mercado (Responsabilidade Social Empresarial) e um barateamento da mão de obra via perda de direitos trabalhistas.

Nesse contexto, ao analisar a atuação do IBP e sua formulação entre as

empresas associadas conclui-se que o instituto se filia ao projeto de educação de novas sociabilidades comandado por organismos internacionais, na formação de um novo bloco histórico com objetivos de retomar o ritmo de acumulação pré década de 1970. Nas palavras de Gramsci (2011) “(...) o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados a iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2011, p. 267)”. Assim, as ações do IBP nesse sentido, oscilam entre a adesão aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e a formação intelectual e moral de jovens para dar continuidade a mentalidade mercadológica das empresas nas comunidades onde atuam e formar/conformar sua força de trabalho. A busca por uma sociedade “harmônica”, onde os conflitos entre classes sejam superados e substituídos pelo calaboracionismo, pelo empreendedorismo formam o cerne dos documentos recomendatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para os países da periferia do capitalismo entre o final do século XX e o início do século XXI.

É neste período que o IBP incorpora, dentro da perspectiva dos organismos internacionais e da Nova Pedagogia da Hegemonia, as práticas de responsabilidade social e sustentabilidade, formando inclusive uma comissão (Na estrutura do IBP as comissões técnicas são consideradas a “alma do instituto”. Formadas por profissionais de diversas empresas, são elas que conferem a direção técnica, intelectual e moral do instituto.) para esse fim. Sua atuação no tocante a responsabilidade social está alinhada aos organismos internacionais e busca consolidar no âmbito empresarial (e em suas relações com a população) uma mentalidade colaboracionista, empreendedorista e a formação de um “novo cidadão”. Valores intimamente associados ao neoliberalismo de Terceira Via. É nesse sentido, que vamos analisar algumas concepções/ações de responsabilidade social do IBP.

Criada em 2002 a Comissão de Responsabilidade Social do IBP(CRS) articulou no âmbito das empresas associadas, elementos da nova sociabilidade do capital, sob uma nova pedagogia em sua relação com a sociedade, sobretudo com as comunidades do entorno das empresas. As práticas de Responsabilidade Social (RS) cumprem uma dupla função: conformar as populações circunvizinhas em relação ao risco socioambiental trazido pelas atividades de produção, exploração do petróleo e aumentar o valor de mercado das empresas, visto que, a RS se configura como um ativo de mercado atualmente. Nesse sentido, a CRS tem trabalhado na orientação das empresas para cumprir a função de promotores do consenso e da “parceria” entre capital e trabalho, empresa e comunidade. Os ODS da ONU tem balizado as concepções e ações da CRS. Contudo, tais “objetivos” são altamente questionáveis dentro dos marcos gramscianos. A busca por uma “concertação social” baseada na harmonia entre as classes seminais do capitalismo, esconde uma tentativa de manutenção da hegemonia das classes dominantes.

Na própria “Missão” da CRS encontramos aspecto bem representativo do

neoliberalismo de terceira via, que consiste em na “humanização do capitalismo”, isto é, conciliar desenvolvimento industrialista com bem-estar social. O que se configura em uma contradição, já que sob o modo de produção capitalista, a riqueza é produzida pelas classes subalternas, mas acumulada pela burguesia (HARVEY, 2016). Um levantamento a respeito dos intelectuais que participam da CRS, também é elucidativo em relação as suas formações e atuações bem alinhadas com as novas sociabilidades do capital.

Uma retrospectiva de projetos efetivados pela CRS no período 2012-2016, mostra como o IBP orienta as empresas associadas no que tange a relação com o entorno das unidades fabris e a evolução das ações ao longo do ano. Tal relação está concentrada na tentativa de conformação e em aspectos como empreendedorismo, voluntariado e outros. Tudo na tarefa pedagógica de formação de um “cidadão de novo tipo”.

5 | CONSIDERAÇÕES

A reconfiguração coordenada por frações da burguesia internacional desde a década de 1970, se materializou de forma incontestante no Brasil. Nesse sentido, aponta-se o IBP como uma ferramenta na manutenção da hegemonia da fração burguesa ligada ao petróleo. O Instituto através de seus intelectuais atua na sociedade política ou em suas agências no sentido garantir seus interesses. Atualmente constata-se que parte significativa da legislação brasileira do petróleo, alinhada firmemente com as orientações do capital internacional, em maior ou menor nível foi elaborada a partir de concepções dos intelectuais orgânicos perfilados no IBP. O atual marco regulatório do petróleo no Brasil, sancionado em 2016 e regulamentado em 2017 pelo presidente Michel Temer, tem todas as “digitais” do Instituto e opera uma internacionalização do setor. O que coloca o IBP como um intelectual orgânico coletivo, formulador e de substancial importância para a fração burguesa industrial ligada ao petróleo.

As empresas ligadas ao IBP têm configurado seus departamentos de RS para educar o consenso e formar um cidadão de novo tipo, com projetos que vão desde de voluntarismo ao empreendedorismo, permeados por uma mentalidade mercadológica. Esse processo de mudança nas relações das empresas com o seu entorno em um processo de “repolitização da política”, isto é, com objetivo de enfraquecer os movimentos reivindicatórios de trabalhadores – congregados em sindicatos – e da população no geral, através dos movimentos sociais da região, as empresas se organizaram para disseminar uma mentalidade empreendedorista e um discurso de sustentabilidade, utilizando tal conceito como um termo mágico capaz de unir as classe hegemônicas e subalternas da região em um projeto que está além das, “ultrapassadas”, contradições entre as classes. Sob a hegemonia da cultura empresarial (a lógica do Neoliberalismo de Terceira Via: Descentralização; parcerias,

privatização; voluntarismo e transferência de funções do estado para a sociedade civil) e do individualismo como valor radical (NEVES, 2005), não só o IBP, mas um conjunto de vários APHs vem garantindo a hegemonia burguesa na sociedade brasileira. Enfim, mesmo reconhecendo que a elevação da consciência das classes subalternas no Brasil ainda é um processo lento e árduo, também afiançamos a convicção de Gramsci (2000) de que uma outra hegemonia é possível.

REFERÊNCIAS

CASIMIRO, F. H. C. **A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)**. Tese. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói, RJ, 2016, 471f.

DREIFUSS, R. A. **1964, A CONQUISTA DO ESTADO: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

GRAMSCI, A. **O Leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. COUTINHO, C. N. (organizador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP. **Agenda da Indústria, 2017**.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP. **Código de Ética**. Disponível em <https://www.ibp.org.br/quem-somos/>, acesso em 20/2/18.

_____. **Estatuto Social**. Disponível em <https://www.ibp.org.br/quem-somos/>, acesso em 20/2/18.

MARTINS, A. S. Estratégias burguesas para a obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo de terceira via. In: NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005. Pág. 127-143.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. In: **Revista Marx e o Marxismo**. v.2, n. 2, jun/jul, 2014. Pág. 27-43.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alegoria da caverna 272

C

Colonização 122, 226

E

Ensino de história 26

F

Feminismo 136

Filosofia 12, 94, 95, 98, 123, 235, 271, 278

H

História intelectual 91, 102

Historiografia 40, 41, 43, 44, 45, 53, 54, 55, 66, 88, 89

I

Igreja católica 115

L

Literatura 96, 99, 104, 112, 136, 137, 138, 144

M

Maias 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Meio ambiente 1, 12

Memória 6, 10, 13, 14, 18, 20, 34, 39, 56, 66, 67, 76, 88, 89, 102, 178, 245, 256

Micro-história 114

P

Política 15, 24, 68, 69, 70, 75, 102, 136, 150, 158, 164, 235, 258

Populismo 145, 154

R

Relações de trabalho 8, 236

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-560-0

